

Nós, cidadãos e cidadãos brasileiros, e entidades civis, vimos a público coletivamente repudiar e manifestar profunda preocupação sobre o pronunciamento veiculado pelas Forças Armadas na noite de 07 de julho de 2021. A nota expressa uma reação ao presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as causas da calamitosa gestão da pandemia de Covid-19 no Brasil, Senador Omar Aziz (PSD-AM), e ataca o próprio Senado da República, instituição cuja liberdade de atuação é vital para a saúde da nossa democracia. Ao afirmar que “não aceitarão qualquer ataque leviano às instituições” e prometer uma reação “mais dura”, caso a CPI volte a fazer citações a suspeitas de corrupção envolvendo militares, o ministro da Defesa e os chefes das Forças Armadas transgridem fronteiras estruturantes de qualquer regime efetivamente democrático.

Nos últimos anos, a prática da intimidação dos poderes da República tem sido crescente por parte das Forças Armadas no Brasil. Em 2015, o hoje vice-presidente Hamilton Mourão, então general do Comando Militar Sul, protagonizou uma séria crise ao criticar o governo federal. Em 2018, o comandante do Exército, General Villas Boas, proferiu uma grave ameaça ao STF, na tentativa de influenciar a decisão da Corte Suprema. Em 2020, o então ministro da Defesa, General Azevedo e Silva, participou de manifestações antidemocráticas.

Infelizmente, há uma confusão de papéis entre as Forças Armadas e o governo de Jair Bolsonaro atualmente, com um grave risco para a reputação e consistência das próprias Forças Armadas. Hoje, mais de seis mil militares ocupam cargos políticos e da administração pública brasileira. Postos políticos eminentemente civis estão sendo assumidos por chefes do Exército. Assim como os militares estão participando cada vez mais da política, a política tem entrado cada vez mais nos quartéis, autorizados por membros da alta cúpula, como o general da ativa Eduardo Pazuello, que frequentou ato político do presidente da República, sem ser punido, contrariando o regimento militar.

O governo federal, grande responsável pela desastrosa gestão da pandemia, que ceifou tantas vidas desnecessariamente, sob liderança, importante ressaltar, do já citado general Pazuello, tem se mostrado essencialmente autoritário, com ambições golpistas e contrárias ao regime democrático. E agora, sabemos com fatos, também um governo permeado por graves suspeitas de corrupção.

A política é uma arena de encontro e diálogo entre civis. A sombra das armas não pode e não deve estar presente nos tensionamentos naturais da vida pública. Ao mesclar-se com o governo federal e trazer para si o atual projeto político, as Forças Armadas ficam suscetíveis aos confrontos inerentes à vida democrática e rompem preceitos constitucionais ao proferirem ameaças dessa natureza.

As Forças Armadas vêm sinalizando obediência primeira ao presidente e a seu projeto político, e não ao País. Jair Bolsonaro reafirma diariamente seu compromisso em se manter no poder a qualquer custo. É fonte de grande preocupação da sociedade civil abaixo assinada as mãos dadas entre o autoritarismo do presidente e as armas dos militares. As instituições da República precisam responder à altura a fim de defender a democracia no Brasil.

Para aderir à nota, basta preencher este formulário:

<https://forms.gle/jdctmRi6p7bA63ov7>

1. ABI (Associação Brasileira de Imprensa)
2. Abong
3. Ação Educativa
4. Andeps - Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais
5. Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil
6. Associação Amigos do Piraquê-açu
7. Associação da Parada do Orgulho LGBT de Santos
8. Associação da Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo
9. Artigo 19
10. AVAAZ
11. Centro de Convivência É de Lei
12. CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
13. Congresso em Foco
14. EIG Evangélicas pela Igualdade de Gênero
15. Elas No Poder
16. Engenheiros Sem Fronteiras - Brasil
17. Esquina Democrática - Jornalismo Livre e Independente
18. Federação Internacional de Cineclubes - Grupo Latino Americano
19. Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito
20. Frente Nacional de Mulheres na Política
21. Fundação Tide Setubal
22. Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares - GAJOP
23. Grupo de Estudos Democratismo
24. Instituto Brasileiro de Análise Econômica e Social - Ibase
25. Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
26. INESC Instituto de estudos socioeconômicos
27. Iniciativa negra por uma nova política sobre drogas
28. Instituto Diplomacia para democracia
29. Instituto Cidade Democrática
30. Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB)
31. Instituto de Defesa do Direito de Defesa - IDDD
32. Instituto de Governo Aberto
33. Instituto Hori - Educação e Cultura
34. Instituto Physis - Cultura & Ambiente
35. Instituto Socioambiental - ISA
36. Instituto Soma Brasil
37. Instituto Talanoa
38. Kurytiba Metropole
39. MORHAN = Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase
40. Observatório Judaico de Direitos Humanos no Brasil

41. Ocupa Política
42. Oxfam Brasil
43. Protesto Sem Covid
44. RCA - Rede de Cooperação Amazônica
45. Rede Brasileira de Conselhos
46. Rede Feminista de Juristas - deFEMde
47. Rede Justiça Criminal
48. Rede LGBTI Família Stronger
49. SINDICATO DOS TRABALHADORES DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ /
ASFOC SN
50. Transparência Brasil
51. Transparência Capixaba
52. União Nacional dos Estudantes - UNE
53. UNEGRO
54. Zanzalab